

# Apresentação

Caros leitores,

É com imensa satisfação que oferecemos ao leitor doze artigos, dentre os quais cinco são de servidores e magistrados do próprio TRT 10. O número de artigos corrobora o papel da Revista como veículo de comunicação científica do Tribunal.

Atentos aos debates acadêmicos e políticos gerados em decorrência da Reforma Trabalhista, o oficial de justiça do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região Fabiano Matos de Araújo discorre sobre a sistematização dos diferenciais moral e existencial à luz da Lei nº 13.467/17. Já o advogado Gustavo Henrique Carvalho Vieira da Cunha pondera as mudanças na introdução da prevalência da autonomia privada da vontade individual sobre a coletiva nas contratações de hipersuficientes.

Ainda em virtude das mudanças trazidas com a Reforma Trabalhista, as advogadas Lara Pontes Nogueira Vasconcelos e Vanessa Guimarães Caixeta Silva criticam os honorários sucumbenciais. Por sua vez, o estudante de direito Nael Neri de Souza Júnior versa sobre a representação de trabalhadores e a nova CLT. A analista judiciária do TRT-10 Melissa Restel de Carvalho Silva propõe a aplicação da teoria da eficácia diagonal visando à máxima efetividade dos Direitos Fundamentais nas relações de emprego.

A juíza do Trabalho do TRT da 10ª Região Roberta de Melo Carvalho demonstra os avanços e perspectivas da Política Pública Nacional de Conciliação no âmbito trabalhista,

ressaltando a necessidade de formação específica. O também magistrado de nosso tribunal Ricardo Lourenço Filho debate, a partir da análise do filme “doze homens e uma sentença”, a maneira como o juiz lida com as provas processuais.

Dois autores estudaram o regime de teletrabalho: a jurista Rosane Gauriau faz um estudo comparado da legislação francesa e brasileira sobre o teletrabalho no setor privado e o analista judiciário do TRT-10 Tales Ronca comenta questões polêmicas do teletrabalho para os servidores públicos do Poder Judiciário.

A advogada Nara Brito Barro observa o assédio moral a partir de uma abordagem sistêmica incluindo os aspectos preventivos e repressivos. O professor Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson analisa, à luz do Recurso Extraordinário com agravo nº 709.212/DF, o prazo prescricional do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). O juiz Ben-Hur Silveira Claus estuda a juridicidade da aplicação de coisa julgada acerca da existência de grupo econômico reconhecida em processo anterior.

Além do conteúdo jurídico, trazemos na seção “arte e trabalho” as fotografias vencedoras do concurso de fotografias do TRT-10. Encerrando a edição, veiculamos onze acórdãos do Tribunal.

Desejamos uma ótima leitura!

**Flávia Simões Falcão**  
**Diretora da Escola Judicial do TRT-10ª Região**

